



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

PROCESSO Nº: 00600-00011869/2022-25-e

ORIGEM: SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL (SEFIPE)

INTERESSADA: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF)

ASSUNTO: CONSULTA

EMENTA: 1) **Consulta** formulada pelo Senhor Comandante-Geral da PMDF, mediante Ofício SEI-GDF nº 1060/2022 - PMDF/GCG/SAD/CH (e-DOC 05B67CA6), acerca da recepção do art. 54 da Lei nº 10.486/2002 pela Emenda Constitucional nº 103/2019, tendo em conta as disposições constantes do art. 24 da aludida emenda, bem como da possibilidade de acumulação de pensão militar com remuneração/vencimentos da ativa ou proventos da inatividade de militares. 2) **Nesta fase:** análise de admissibilidade e de mérito da consulta. 3) **A Sefipe** sugeriu à Corte: conhecer da presente Consulta, ante a presença dos requisitos autorizadores para tanto; **responder à consulente o seguinte:** a) o disposto no art. 54 da Lei nº 10.486/2002 permanece em pleno vigor, tendo sido recepcionado pelo novel regramento constitucional instituído pela EC nº 103/2019, mantendo-se inalterado, via de consequência, o entendimento paradigma desta Corte, consubstanciado na Decisão nº 897/2017; b) não há óbice, sob a égide da EC nº 103/2019 (a partir de 13/11/2019), quanto ao acúmulo de pensão por morte instituída por membro integrante das corporações militares distritais com proventos de inatividade (reserva remunerada ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

reforma) decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, sendo de igual forma possível a cumulação daquele benefício pensional com remuneração da ativa de mesma natureza, conforme previsto no art. 54, inciso I, da Lei nº 10.486/2002; c) na eventual conjuntura de acúmulo de pensão militar distrital (exclusivamente aquela deixada por cônjuge ou companheiro) com proventos de inatividade também de origem militar despontada já sob a égide da EC 103/2019, aplica-se a regra de limitação no pagamento do benefício menos vantajoso tratada no § 2º do art. 24 dessa Emenda, tendo em vista que as hipóteses de acumulação listadas em seu § 1º não consubstanciam rol taxativo (*numerus clausus*), sendo razoável admitir que possam estar igualmente sujeitas à incidência dos redutores previstos naquele dispositivo situações de acúmulo que se amoldem àquelas expressamente discriminadas na norma constitucional, máxime considerando a regra de hermenêutica *ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio* (onde existe a mesma razão fundamental, aplica-se a mesma regra jurídica). **4) MPjTCDF** acompanha a instrução. **5) Voto parcialmente convergente.**

RELATÓRIO

Este processo foi autuado em decorrência do Ofício SEI-GDF nº 1060/2022 - PMDF/GCG/SAD/CH (e-DOC 05B67CA6), por meio do qual o Senhor Comandante-Geral da PMDF consulta esta Corte de Contas acerca da recepção do art. 54 da Lei nº 10.486/2002 pela Emenda Constitucional nº 103/2019, tendo em conta as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

disposições constantes do art. 24 da aludida emenda, bem como da possibilidade de acumulação de pensão de militar com remuneração/vencimentos da ativa ou proventos da inatividade de militares.

O consulente, considerando a complexidade e a relevância da matéria, e tendo em conta o contido na Informação Técnica n.º 97/2022 - PMDF/DGP/GAB/ATJ, solicita a apreciação por esta Corte de Contas das seguintes indagações:

- 1. O art. 54 da Lei 10486/2002 foi recepcionado pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, considerando a redação de seu art. 24 da referida Emenda?*
- 2. Os militares que percebam remuneração na ativa e aqueles que percebem proventos na reserva remunerada podem acumular tais benefícios com pensão militar instituída por membro extinto ou excluído da PMDF ou de outra força militar?*

Em síntese, ventila-se a hipótese de que o art. 54 da Lei n.º 10.486/02 não tenha sido recepcionado pela Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019, tendo em conta o teor do art. 24 da referida emenda.

Em outras palavras, questiona-se se o art. 54 da Lei n.º 10.486/02, que versa sobre hipóteses permitidas de acumulação de pensão militar com outros benefícios, é materialmente compatível com o art. 24 da EC n.º 103/2019, uma vez que este último dispôs expressamente sobre o acúmulo de benefícios previdenciários, inclusive quanto a situações envolvendo pensões e proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal.

Pela fidedignidade, permito-me reproduzir o resumo realizado pela Unidade Técnica relativo ao que consta no parecer técnico que acompanha a presente consulta. Ei-lo:

“(…)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

5. Ao explanar sobre a questão jurídica submetida ao descortino desta e. Corte³, a Assessoria Técnica do DGP/PMDF relatou, primeiramente, que o “regime previdenciário dos militares da PMDF, considerando as regras para instituição de pensão, reserva remunerada e reforma, anteriormente à promulgação da lei 10486/2002, era regulado pela Lei 6023/1960 (arts. 70 a 72) e lei 3765/1960 (art. 1º), esta que, em seu art. 29, assim estatuiu acerca da possibilidade de acúmulo de benefícios pensionais com outros de cunho previdenciário: [...]”⁴.

6. Com a promulgação da Lei nº 10.486/2002, o quadro jurídico das acumulações de benefícios foi ligeiramente modificado, passando a se apresentar do seguinte modo:

“Art. 54. É permitido a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.”

7. No entanto, com as inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, houve “significativas mudanças nos sistemas de proteção social dos militares das FFAA, militares estaduais a distritais e servidores civis. Com efeito, restou atraída para a União a competência para legislar sobre normas gerais de inatividade e pensão para os militares estaduais e distritais, com a mudança operada no art. 22, inciso XXI da CRFB pela supracitada emenda. Inaugurando tal prerrogativa, foi promulgada a Lei 13.954/2019, que instituiu o sistema de proteção social dos militares federais, estendendo algumas de suas regras aos militares dos estados e Distrito Federal, ao inserir os arts. 24-A a 24-J ao Decreto-Lei 667/1969.”

8. Ocorre “que referida emenda, além de estatuir a competência acima descrita, determinou regras de acúmulo de benefícios pensionais e entre estes e proventos de aposentadoria ou inatividade, em seu art. 24”, salientando-se nesse ponto “que o caput do dispositivo determina regra geral para não acumulação, enquanto que seu §1º elenca as exceções à tal regra, no contexto de acúmulos entre sistemas diferentes.”⁵

³ A teor da Informação Técnica nº 97/2022 PMDF/DGP/GAB/ATJ (peça 02)

⁴ “Art 29. É permitida a acumulação:

a) de duas pensões militares;

b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil.”

⁵ Eis o teor dos citados preceitos:

Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício decargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

9. Prosseguindo, a par de relatório interno⁶ elaborado “com o objetivo de auditar todas as pensões militares que possam estar em desacordo com o previsto no art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019”, observa “que a maior parte dos casos se refere ao acúmulo de pensão militar com aposentadoria no RGPS ou em regime próprio de carreira civil, hipóteses que se amoldam ao inciso III supra. Ainda relevantes, mas com menor frequência, se apresentam os casos de acúmulo do benefício pensional militar com outra pensão de regime civil, situações estas abarcadas pelo inciso I do dispositivo citado acima.” Contudo, salienta que “**não são estes os casos que poderão suscitar eventuais dúvidas, mas sim o acúmulo da pensão militar com remuneração na ativa ou proventos percebidos na reserva remunerada da PMDF.**” (grifei)

10. Nesse cenário, aduz que o “primeiro ponto a ser ressaltado refere-se à possibilidade de parte do art. 54 da Lei 10486/2002 não ter sido recepcionado pelo art. 24 da EC 103/2019. Isso porque o poder constituinte derivado, ao promulgar a indigitada emenda, não albergou as hipóteses de acúmulo de pensão militar com proventos obtidos no mesmo regime previdenciário, o que poderia indicar a impossibilidade de tal situação.”

11. Nesse sentido, ao pontuar que “o art. 24 da EC 103/2019 elenca as hipóteses de acúmulo de pensão militar com proventos ou pensões do RGPS ou de RPPS de carreira civil, ou seja, um acúmulo inter sistemas, depreende que a omissão de alguma regra de exceção para o acúmulo intra sistema, quando considerado o sistema de proteção social dos militares distritais, não encontra previsão no dispositivo em análise, pelo que se pode aventar omissão legislativa. Sob tal hipótese, faz-se necessário avaliar se tal omissão de fato tencionou excluir a possibilidade de acúmulo entre pensão militar e remuneração na ativa ou proventos de inatividade, ou se há mesmo lacuna que reclame ser colmatada.”

12. Procedendo então a uma interpretação sistemática da EC 103/2019, “observa que a intenção da norma, explicitada pelo art. 22, inciso XXI da CRFB, foi de alijar completamente o sistema de proteção social dos militares estaduais e distritais do sistema previdenciário dos servidores civis, ao atrair para a União a competência para legislar sobre normas gerais de inatividade de tal categoria.” A corroborar tal assertiva, o fato de, logo na sequência, ter sido promulgada a Lei nº 13.954/2019⁷.

aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

⁶ Relatório SEI-GDF nº 48/2022 PMDF/DGP/DVPC/SPEN/SSCP (79651713), em que se arrolam os beneficiários dos instituidores falecidos a partir de 12/11/2019 que percebem pensão (civil ou militar) ou aposentadoria própria (regime próprio ou geral de previdência), minudenciando os dados pessoais e a espécie do benefício acumulado com a pensão militar da PMDF.

⁷ Cujo artigo 1º assim dispõe sobre o referido sistema:

“Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre pensões militares, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares, revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e dá outras providências. (grifou-se)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

13. *Observa, a propósito, que “o art. 24-E da Lei 13954/2019, em seu parágrafo único, determina de forma expressa que ‘Não se aplica ao Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a legislação dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.’. Além disso, no caput, o citado sistema será regulado por lei específica do ente federativo, que, no caso da PMDF, é a União, por força do art. 21, inciso XIV da Carta Magna.”*

14. *Nesse passo, afirma ser forçoso concluir “que as disposições do art. 24 da EC nº 103/2019 destinam-se a regular os acúmulos de benefícios para civis que eventualmente tenham obtido concessão de pensão legada por militar, não adentrando na regulamentação de acúmulos da natureza para os próprios militares.”*

15. *Ao considerar então somente o sistema de proteção social dos militares distritais, assevera que “prevalece quanto a ele a aplicação das leis 7289/1984, 10486/2002 e 12086/2009, naquilo que não conflitam com as normas gerais estatuídas pela Lei 13954/2019”; e, nesse sentido, **conclui** “pela recepção integral do art. 54 da Lei 10486/2002 pela EC nº 103/2019, devendo ser tal dispositivo utilizado como norte para a análise de casos de acúmulo de pensão militar com proventos de inatividade de militar e remuneração na ativa.”*

16. *Nessa ordem de ideias, contudo, aduz que, “em sede de análise perfunctória do teor do inciso I do art. 54 da L. 10486/2002, não se detecta, de plano, a hipótese de acúmulo de pensão militar com proventos de reserva remunerada”, razão pela qual entende necessária, primeiramente, a fim de melhor apreender o sentido da norma, breve incursão nos quatro tipos de contrapartida pecuniária nela arrolados (a saber: proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos e aposentadoria), assim o fazendo:*

“16. A disponibilidade é instituto aplicado aos servidores civis estáveis, decorrente da reorganização ou extinção de cargo público, consoante art. 37, §3º da Lei 8112/1990:

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

17. *A reforma, prerrogativa dos militares das Forças Armadas e dos militares estaduais e distritais, segundo Jorge Abreu (2010) consubstancia-se em ‘situação de inatividade, (em que os militares são) dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas que percebem proventos de inatividade pagos pela União.’. Para os integrantes desta Corporação, a reforma é regulamentada nos arts. 94 a 102 da Lei 7289/1984 que, em síntese, estatui que o militar nesta condição não mais poderá ser empregado no serviço ativo, alcançando-a pelo decurso da idade, por incapacidade temporária ou permanente e pela aquisição de moléstia prevista em lei.*

18. *O conceito trazido pelo vocábulo ‘vencimentos’, para sua correta definição, reclama um exame um pouco mais cuidadoso. Isso porque a terminologia é utilizada*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

pelo próprio legislador constituinte em intercâmbio com o conceito de 'remuneração', trazendo ao intérprete certa confusão, tendo em vista trataram-se [sic] de conceitos doutrinários diferentes, como se demonstrará adiante.

19. Hely Lopes de Meirelles (2016) define de forma bastante didática os conceitos trazidos no parágrafo anterior:

'Assim, o sistema remuneratório ou a remuneração em sentido amplo da Administração direta e indireta para os servidores da ativa compreende as seguintes modalidades: a) subsídio, constituído de parcela única e pertinente, como regra geral, aos agentes políticos; b) remuneração, dividida em (b1) vencimentos, que corresponde ao vencimento (no singular, como está claro no art. 39, § 12, da CF, quando fala em "fixação dos padrões de vencimento") e às vantagens pessoais (que, como diz o mesmo art. 39, § 12, são os demais componentes do sistema remuneratório do servidor público titular de cargo público na Administração direta, autárquica e fundacional), e em (b2) salário, pago aos empregados públicos da Administração direta e indireta regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, titulares de empregos públicos, e não de cargos públicos.

Nesse sentido, dentre outros, o conteúdo dos arts. 37, XI (com a redação da EC 41), 61, § 12, II, "a" e "f", e 96, "b", da CF. No entanto, a Constituição e as Emendas referidas em alguns pontos empregam terminologia equivocada e não sistematizada. Assim, a título de exemplo, no art. 37, o inc. XV, quando fala em vencimentos, quer se referir a remuneração, e no inc. X desse artigo remuneração significa vencimentos.'

20. Nesse diapasão, é possível extrair do estudo doutrinário que a remuneração constitui-se de gênero de contraprestação ao labor dos servidores da Administração Direta e Indireta, sendo suas espécies os 'vencimentos' e 'salário', este devido aos empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Os 'vencimentos', por conseguinte, desdobram-se em 'vencimento', no singular, que constitui parcela básica da contraprestação, e em vantagens pessoais, que são as demais componentes do sistema remuneratório.

21. A fim de melhor apreendermos a acepção do termo 'vencimentos' empregado na lei 10486/2002, considerando a falta de rigor sistemático de que se falou acima, faz-se necessário proceder a uma interpretação histórica do mandamento contido no art. 54 da citada lei.

22. Tal artigo, como boa parte das disposições do Estatuto da PMDF e da própria lei 10486/2002, é cópia das disposições aplicadas aos militares das FFAA, como pode se verificar abaixo:

Lei 3765/1960, com redação dada pela MP nº 2215-10/2001 - Regra aplicada às FFAA

Art. 29. É permitida a acumulação: (Redação dada pela Medida provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria; (Redação dada pela Medida provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. (Redação dada pela Medida provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)

Lei 10486/2002 - Regra aplicada à PMDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Art. 54. É permitido a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

23. Ocorre que a redação conferida pela MP 2215-10/2001 operou como modificação principal a extinção da acumulação de duas pensões militares, mantendo a redação original da lei 3765/1960 no tocante ao acúmulo com proventos. Confira-se:

Art 29. É permitida a acumulação:

a) de duas pensões militares;

b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil.

24. A lei 3765/1960 foi promulgada em época bem anterior a da vigência da atual ordem constitucional, em um provável contexto em que a distinção realizada alhures, acerca das remunerações e vencimentos, não existia. Ademais, o contexto demográfico e perfil dos ingressantes em ambas as forças era bastante diferente do que se verifica hodiernamente.

25. Na década de 1960, salvo raríssimas exceções, o ingresso de mulheres nas Forças Armadas não era uma realidade, tendo sido permitido e sistematizado, no Exército Brasileiro, apenas no ano de 1992. De igual modo, não se verificava o ingresso significativo de efetivo feminino nas Polícias Militares, sendo a carreira militar, em suma, quase que exclusiva do sexo masculino. Tal aspecto adquire especial importância, pois a partir dele pode se inferir acerca das hipóteses de acúmulo de pensão militar com remuneração de militar ou proventos de inatividade de militar.

26. De fato, as situações em que se pode verificar o acúmulo dos dois benefícios, na maior parte das vezes, envolverão relação matrimonial entre dois militares, com a morte de um deles, ocasião na qual o cônjuge sobrevivente perceberá remuneração (vencimentos), proventos de reserva remunerada ou proventos de reforma. Menos frequente, mas também possível, é o caso da policial militar cujo genitor tenha instituído pensão militar na forma do art. 36, §3º, inciso I da Lei 10486/2002 c/c a redação original do art. 7º, inciso II da Lei 3765/1960. Consoante é possível observar, tais situações não ocorriam na remota época de promulgação da lei 3765/1960, tendo em vista as mulheres não poderem ingressar nas carreiras militares.

27. Nesse contexto, no texto original do art. 29, inciso II, primeira parte, da Lei 3765/1960, trasladado até os dias atuais, além de não haver o rigor distintivo entre 'vencimentos' e 'remuneração', não se tencionava albergar as situações acima descritas, envolvendo militares do sexo feminino. Por tais razões, deve-se considerar o termo 'vencimentos' empregado com o sentido de 'remuneração', aí incluindo a remuneração percebida pelos militares da ativa. É dizer, assiste ao militar da ativa desta Corporação o direito a acumulação de uma pensão militar instituída por integrantes da PMDF ou de outro órgão militar.

28. Com efeito, tais considerações induzem ao lançamento de olhar especial para as situações de percepção de proventos de reserva remunerada com pensão militar, situação não explicitamente albergada pelo inciso I do art. 54 da Lei 10486/2002. Sob a premissa da possibilidade da percepção cumulada com a remuneração da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

PMDF, militares nesta situação, se adotássemos a interpretação literal da norma, fariam jus a este acúmulo na ativa, sendo que ao passarem à reserva remunerada perderiam o direito, porquanto não prevista a hipótese no normativo de regência, sendo tal direito restaurado quando de sua reforma. Data maxima venia, tal itinerário carece de sentido lógico, uma vez que uma das principais funções da pensão instituída é preservar, em alguma medida, o poder de compra familiar.

*17. Nesse diapasão, compreendendo não fazer sentido “a solução de continuidade delineada acima, sobretudo no que se refere à proteção social especial conferida aos militares”, **conclui**, “salvo melhor juízo, que a percepção de pensão militar com proventos da reserva remunerada é juridicamente possível, devendo ser dada interpretação extensiva ao art. 54, inciso II da Lei 10486/2002.”*

18. Resumidamente, então, o referido parecer técnico apresenta suas conclusões nos seguintes termos de sua ementa:

“I - A EC nº 103/2019 instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, atraindo ainda para a União a competência para estatuir normas gerais sobre inatividade e pensão aos militares dos estados e do Distrito Federal. Em seu bojo, especificamente no art. 24, delineou regras para o acúmulo de pensão militar com benefício pensional ou previdenciário de outros regimes.

II - As hipóteses de acumulação de pensão militar com outros benefícios, previstas no art. 54 da Lei 10486/2002, salvo melhor juízo, permanecem plenamente aplicáveis aos militares da PMDF, tendo sido recepcionadas pelo aditivo constitucional supramencionado.

III - A interpretação do art. 54 que melhor assegura o direito social em apreço é a que considera o vocábulo vencimentos equivalente a remuneração, além de albergar as hipóteses de percepção de proventos na reserva remunerada em acúmulo com pensão militar instituída por membro falecido ou excluído.

IV - Considerando a importância e complexidade da matéria tratada, convém encaminhar proposta de consulta ao TCDF, consoante delineado nos parágrafos 30.1 e 30.2 deste opinativo.” (destaques no original)

A Sefipe, dando por satisfeitos os pressupostos para se conhecer da consulta, assim se manifestou com relação ao mérito:

“(…)

II. Das considerações de mérito

20. Cuida-se, como visto, de consulta formulada pela PMDF acerca da possibilidade de acúmulo de pensão militar com remuneração/vencimentos, proventos de inatividade (civil ou militar) ou pensão de outro regime previdenciário, na forma disciplinada pelo art. 54 da Lei nº 10.486/2002, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata de restrições à acumulação de benefícios previdenciários (proventos de inatividade e pensões) tanto de natureza civil (oriundos do RGPS ou de RPPS) quanto militar (decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal).

21. Em específico, indaga o órgão consulente se o poder constituinte derivado, ao não albergar no novel regramento constante do caput e § 1º do art. 24 da EC 103/2019, expressamente, a hipótese de acúmulo de pensão militar com proventos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

de inatividade obtidos no mesmo regime previdenciário⁸ - regra essa positivada no art. 54, inc. I, da Lei nº 10.486/2002 -, tencionou elidir tal possibilidade, deliberadamente, ou se há mesmo lacuna que reclame ser colmatada.

22. Como cediço, a Medida Provisória nº 2.218, de 5 de setembro de 2001, editada para dispor sobre a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e dar outras providências, foi convertida na Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002. Esse diploma, além de assuntos atinentes à remuneração dos militares distritais, trata, em seu Capítulo IX, do instituto da pensão militar, dispondo sobre contribuição, base de cálculo, beneficiários⁹, perda do direito à pensão e outros.

23. Do sobredito capítulo, importa destacar o art. 54, que trata da acumulação de pensão militar com outros rendimentos, prescrito nos seguintes termos:

“Art. 54. É permitido a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria;

II - de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.”

24. Como dito em linhas volvidas, a presente consulta circunscreve-se à possibilidade de o preceito encerrado no item I do dispositivo legal supratranscrito ainda subsistir, integralmente, ante as restrições impostas pelo art. 24 da citada EC 103/2019; melhor dizendo, se teria sido recepcionada por essa Emenda a hipótese legal de acumulação de pensão militar com proventos de inatividade militar (decorrente de ingresso na reserva remunerada ou por reforma), como também do acúmulo daquele benefício pensional com remuneração/vencimentos na ativa (de igual natureza militar).

25. Cumpre registrar, ab initio, tendo em conta a pertinência temática, que este Tribunal aprovou estudos especiais acerca da inteligência e alcance dos preceitos encerrados no art. 54 da Lei nº 10.486/2002, consubstanciando entendimento paradigma da matéria nos termos da Decisão nº 897/2017, assim vazada:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos estudos especiais em apreço, considerando cumprido o item “II” da Decisão n.º 4.613/2016, proferida no Processo n.º 21762/2016-e; II - orientar todas as jurisdicionadas, no que tange ao alcance do art. 54 da Lei n.º 10.486/2002, no sentido de que: a) quanto ao inciso “I”, a acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, aposentadoria ou vencimentos somente é possível com um único cargo civil ou proventos decorrentes de uma única aposentadoria ou reforma, observando-se, todavia, nestes casos, o disposto no art. 37, inciso XVI e § 10 da Constituição Federal de 1988,

⁸ Sem embargo de também ter questionado a manutenção da possibilidade da cumulação de pensão militar com remuneração proveniente das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, a qual, a rigor, não parece alcançada pela referida alteração constitucional, eis que não se trata de acúmulo de benefícios previdenciários.

⁹ Esclareça-se, antecipadamente, que esse quesito restou alterado pela Lei nº 13.954/2019, passando a ser adotado o rol de beneficiários previsto no art. 7º da Lei nº 3.765/1960 (na redação dada por aquela Lei), correspondente ao dos militares das Forças Armadas, tornando revogado, tacitamente, o disposto no art. 37 da Lei nº 10.486/2002.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

respectivamente; b) quanto ao inciso “II”, a acumulação de uma pensão militar com a de outro regime limita-se a somente 2 (duas) pensões, assegurado ao beneficiário o direito de opção; c) os incisos “I” e “II” são excludentes entre si, e não aditivos, logo, não é permitida a acumulação de pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, aposentadoria ou vencimentos, e, adicionalmente, pensão de outro regime; III - autorizar o arquivamento do feito. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator.” (grifei)

26. Desse modo, ao determinar o sentido e alcance do art. 54 da Lei nº 10.486/2002, esta c. Corte compreendeu limitado o acúmulo de pensão militar com outros institutos jurídicos da seguinte forma:

*a) quanto ao inciso “I” daquele dispositivo, a melhor exegese seria aquela em que se limitaria a acumulação a **somente** uma pensão militar com vencimentos de um único cargo ou proventos decorrentes de uma única situação de inatividade (aposentadoria/reforma/reserva remunerada), excepcionando-se, somente nesta circunstância, os que percebessem vencimentos ou proventos decorrentes das acumulações previstas no art. 37, XVI, e § 10¹⁰, da Constituição Federal de 1988;*

*b) quanto ao inciso “II”, a acumulação de pensão militar seria possível com **somente** um benefício pensional de outro regime, ou seja, limitado a apenas duas pensões, malgrado o previsto no art. 37, XVI, e § 10, da Constituição Federal de 1988, assegurando-se ao beneficiário o direito de opção; e*

c) os incisos “I” e “II” deveriam ser aplicados de forma disjuntiva, ou seja, seriam excludentes entre si, pois a aplicação conjunta deles criaria terceira hipótese de acumulação não prevista no preceito normativo então sob estudo.

27. Nada obstante, em 13/11/2019, foi publicada a Emenda Constitucional nº 103/2019, pretendendo implantar o que se denominou de Nova Previdência. Com essa reforma, restaram introduzidas alterações radicais nos sistemas públicos de previdência social, seja em seu regime geral, nos regimes próprios, e até mesmo nos benefícios concedidos aos militares. As mudanças focaram diretamente no acesso aos benefícios e nos cálculos destes, procurando direcionar um ajuste fiscal no Estado brasileiro.

28. Dentre as principais disposições da EC 103/2019, cita-se o conteúdo de seu art. 24, que cuidou de introduzir nova disciplina para a possibilidade de acumulação de benefícios previdenciários (válida tanto para o RGPS, quanto para os regimes próprios), especialmente quando um destes benefícios é pensão por morte, para fins de aplicação de redutores. Segue transcrição do reportado dispositivo legal:

“Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício

¹⁰ “§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.”

29. Preliminarmente, importa esclarecer que o novel conjunto de normas estabelecido pela EC 103/2019, em regra, aplica-se a todos os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) desde a data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 36 da referida Emenda¹¹. Tais dispositivos são

¹¹ “Art. 36. Esta Emenda Constitucional entra em vigor:

I - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de publicação desta Emenda Constitucional, quanto ao disposto nos arts. 11, 28 e 32;

II - para os regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quanto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

denominados de normas constitucionais de eficácia plena. A título de exemplo, o próprio art. 24 da Emenda, que dispensa regulamentação, seja por legislação federal, estadual/distrital ou municipal, face à inexistência de qualquer texto ou redação naquele diploma constitucional que restrinja sua aplicabilidade¹².

30. Desse modo, o comando constante do art. 24 da EC 103/2019 é parâmetro aplicável aos segurados de regimes de previdência pública, inclusive militares, caso se enquadrem nas situações de acumulação descritas, acumulação de mais de um benefício previdenciário dentro do mesmo regime de previdência pública, ou entre regimes diversos, na forma em que especifica, produzindo efeitos, como dito, em todas as esferas federativas e para todos os segurados, a partir da publicação daquela Emenda, ou seja, a partir de 13/11/2019.

*31. Assentada a aplicabilidade do dispositivo, impende conferir destaque à finalidade da norma, que é a de estabelecer restrição, logo no caput, à possibilidade de percepção de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do **mesmo** regime de previdência social, **ressalvadas** as pensões de um mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo, igualmente, do direito adquirido dos beneficiários que já acumulam essas prestações com base em legislação anterior (conf. § 4º). E a intenção, nos casos em que permitida a acumulação, foi inovar em relação ao regramento antes vigente, mais benéfico aos segurados, trazendo limitação aos valores percebidos em acumulação, sendo assegurado, regra geral, o recebimento do valor integral do benefício mais vantajoso e de parte do segundo benefício, que sofrerá diminuição significativa em seu montante, por meio de aplicação de redutores¹³, conforme faixas salariais explicitadas nos incisos I, II, III e IV, retro transcritos.*

32. Cumpre observar que a norma extraível do art. 24 da EC 103/2019, em razão da opção expressa do constituinte derivado pelo uso de diferentes terminologias, direcionou-se a duas espécies autônomas e distintas de pensão decorrentes de óbito de segurado, sendo uma de natureza civil, e a outra, militar, isso a despeito de a novel reforma previdenciária ter adotado, para os militares, um “Sistema de Proteção Social”¹⁴ com regras singulares, delineado por meio da Lei federal nº

à alteração promovida pelo art. 1º desta Emenda Constitucional no art. 149 da Constituição Federal e às revogações previstas na alínea “a” do inciso I e nos incisos III e IV do art. 35, na data de publicação de lei de iniciativa privativa do respectivo Poder Executivo que as referente integralmente;

III - nos demais casos, na data de sua publicação.

Parágrafo único. A lei de que trata o inciso II do caput não produzirá efeitos anteriores à data de sua publicação.” (grifei)

¹² *A eficácia plena assegurada ao dispositivo define sua aplicabilidade a todos os entes da Federação, ainda que as novas regras dos benefícios, de cálculos dos proventos e do valor de pensão não vigorem para os estados, Distrito Federal e municípios, enquanto não promoverem a alteração em sua legislação interna, conforme previsão dos artigos 4º, §§9º e 10; 5º, § 2º; 10, § 7º; 20, § 4º; 21, § 3º; 22, parágrafo único; e art. 23, § 8º (referente à pensão por morte).*

¹³ *Importa ressaltar que não se aplicam os redutores previstos no § 2º do artigo 24, quando se tratar unicamente de acumulação de aposentadorias. O § 1º do artigo não elenca a acumulação de aposentadorias como causa para a aplicação de redutores. Significa dizer que é possível, pós-reforma, acumular duas aposentadorias no RPPS e até mesmo mais uma no RGPS, sem que se aplique qualquer redutor. Aposentadorias, portanto, mesmo quando acumuladas, podem ser percebidas em seus valores integrais.*

¹⁴ *Segundo o art. 50-A da Lei nº 6.880/1980 (c/ a redação dada pela Lei nº 13.954/2019), que dispõe sobre o Estatuto dos Militares das FFAA, “O Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

13.954/2019¹⁵. Dessa forma, quando o legislador mencionou “*pensão por morte*”, quis se referir à *pensão civil*; de modo diverso, quando utilizou a expressão “*pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal*”, referiu-se, especificamente, à *pensão militar*.

33. Essa lógica de diferenciar os institutos, formalmente, decorre da tônica, inaugurada com a Emenda Constitucional nº 18/1998¹⁶ e consolidada nessa última reforma previdenciária, de segregar os militares do regime próprio dos servidores civis, passando aqueles a pertencer, como dito, a um peculiar sistema de proteção social, que, no tocante aos militares estaduais/distritais, restou disciplinado pelas normas gerais dispostas no Decreto-Lei nº 667/1969, em redação dada pela Lei nº 13.954/2019.

34. Vê-se assim que, embora o objeto da EC 103/2019 não tenha sido o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM¹⁷), seu texto, ao tratar das hipóteses de acumulação de benefícios previdenciários (art. 24), contemplou não só os advindos de relação funcional civil (de RPPS ou RGPS), mas também aqueles próprios do SPSM¹⁸.

35. Insta atentar, ademais, que a Lei nº 13.954/2019 não se referiu aos benefícios do SPSM como “*proventos de aposentadoria*” e “*pensão por morte*”, mas como “*inatividade remunerada*” e “*pensão militar*”; sendo certo, ainda, que o referido diploma não tratou do tema de acumulação desses benefícios.

36. Sob tais premissas, de atenta leitura do retrotranscrito art. 24 da EC 103/2019, extrai-se que o constituinte derivado nem vedou (por meio do caput), nem autorizou (via incisos do § 1º) a cumulação de pensão militar com proventos de inatividade militar (decorrente de ingresso na reserva remunerada ou reforma), hipótese cuja validade jurídica sob a égide daquela Emenda é o cerne da consulta de que se trata.

37. Nada obstante, essa asserção não parece ser suficiente para justificar uma interpretação do dispositivo no sentido de que o rol de hipóteses de acúmulo por ele autorizadas seria exaustivo: a uma, porque o constituinte cuidou de trazer, expressamente, caso de acumulação que considerou contrário à ordem jurídica (nos termos do caput); a duas, porque não utilizou, na redação do § 1º, expressões como “*apenas*”, “*somente*”, ou outras equivalentes, que, em sentido estrito, teriam o condão de restringir as hipóteses passíveis de acumulação àquelas lá enumeradas¹⁹.

assistência, nos termos desta Lei e das regulamentações específicas”.

¹⁵ Editada pela União logo após promulgada a EC 103/2019, com suporte na competência privativa prevista no art. 22, inc. XXI, da Carta Federal, c/ redação dada por aquela Emenda.

¹⁶ Estabeleceu o Regime Constitucional dos Militares, promovendo uma estrutura legislativa específica e natureza jurídica-constitucional própria dos militares, instituindo consideráveis diferenças entre estes e os servidores públicos. A partir dessa mudança constitucional, os militares foram definitivamente distintos dos servidores civis, compondo um microsistema de leis dissociadas destes servidores, impondo aos militares princípios, fundamentos e objetivos específicos conforme já determinava a Constituição Federal e as leis infraconstitucionais.

¹⁷ Doravante assim reportado

¹⁸ A propósito, quando cotejamos a expressão “no âmbito do mesmo regime de previdência social”, fácil compreender que o RPPS, o RGPS e o SPSM são considerados regimes de previdência distintos, o que nos permite afirmar, de antemão, que a acumulação de duas pensões envolvendo estes regimes é perfeitamente possível. Quanto a isso, não há muitos questionamentos.

¹⁹ A propósito, na redação de versão inicial de substitutivo apresentado pelo Relator da PEC nº 06/2019 (da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

38. *Noutra vertente, se o constituinte não vedou a cumulatividade de “remuneração da inatividade” com a “pensão militar”, e se ela não parece afrontar os princípios regentes da matéria - o próprio texto da referida Emenda autorizou a percepção simultânea de (proventos de) aposentadoria e pensão por morte, inclusive se oriundas de mesmo regime de previdência (ex vi o inc. II do § 1º do art. 24) -, entende-se que aquela hipótese é juridicamente possível diante da novel reforma previdenciária, e, nesse passo, pode ser validamente positivada pelo legislador infraconstitucional (ou, se anteriormente prevista, considerada constitucionalmente recepcionada).*

39. *Não se pode olvidar, ademais, que a referida Lei nº 13.954/2019 oportunizou aos entes subnacionais certo protagonismo no trato de temas desse jaez, conforme se verifica no art. 24-D²⁰ por ela incluído no citado DL 667/1969.*

40. *No mesmo sentido de que o rol do § 1º do art. 24 da EC 103/2019 não é exauriente, segue entendimento de João Batista Lazzari:*

“A regra de redução do pagamento de benefícios acumulados, considerando que não se interpreta regra excepcional de forma extensiva, não pode ser aplicada para a soma de rendimentos decorrentes de outros benefícios não previstos no § 1.º do art. 24. Assim, por exemplo, no caso de acumulação de aposentadorias decorrentes de cargos constitucionalmente acumuláveis, ou de uma aposentadoria de regime próprio com outra decorrente de filiação do regime geral, estão fora do âmbito de incidência do § 2.º do art. 24 da EC 103/2019.

[...]

*Poderia haver dúvida, por exemplo, a respeito da incidência do novo regramento sobre a acumulação de uma pensão decorrente do óbito do pai e outra do óbito da mãe da mesma criança. **Neste caso, não incide a proibição de acumulação e tampouco o pagamento reduzido do benefício menos vantajoso.***

Poderiam ser cogitadas, por exemplo, no caso de acumulação de benefícios não tratada nesse dispositivo, uma pensão decorrente do óbito do pai e outra do óbito da mãe de uma criança, se não houvesse a limitação no pagamento do benefício considerado menos vantajoso.”²¹

41. *Dos excertos acima transcritos, bem se verifica que o autor, para além de entender pela possibilidade jurídica de outros cenários de acumulação de benefícios não contemplados no art. 24 da EC 103/2019 - independentemente de previsão em lei do respectivo ente federativo -, interpretação com a qual*

qual se originou a EC 103/2019), Deputado Samuel Moreira, em 13/06/2019, havia a palavra somente expressa no § 1º do então art. 25 da proposição (§ 1º Somente será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:), que restou excluída por força de emendas oferecidas à PEC, previamente à versão final apresentada na Câmara dos Deputados para sua votação em 1º e 2º turno. Logo, essa supressão/adequação textual é indiciária de que não pretendia o constituinte reformador estabelecer rol exaustivo das hipóteses de acumulação de pensão por morte com outros benefícios previdenciários. anterior à da PEC nº 06/2019,

²⁰ Art. 24-D. *Lei específica do ente federativo deve dispor sobre outros aspectos relacionados à inatividade e à pensão militar dos militares e respectivos pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios **que não conflitem com as normas gerais estabelecidas** nos arts. 24-A, 24-B e 24-C, vedada a ampliação dos direitos e garantias nelas previstos e observado o disposto no art. 24-F deste Decreto-Lei. (grifei)*

²¹ LAZZARI, João Batista. *Comentários à reforma da previdência*. Rio de Janeiro: Forense, 2020, pp.58/59.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

concordamos, ainda afirmou pela inaplicabilidade, nesses casos, da limitação no pagamento do benefício menos vantajoso tratada no § 2º do mesmo art. 24, considerando que o próprio dispositivo teria restringido seu campo de incidência às hipóteses listadas no § 1º, o que, ao ver deste órgão instrutivo, comporta vertente interpretativa diversa, cabendo retomar esse tema mais adiante, em complemento à solução da presente consulta.

42. Importa acentuar, outrossim, ainda na esteira da doutrina retro aduzida, que o preceito constitucional sob exame trata apenas de acumulação de pensões e de pensões com proventos de inatividade (no âmbito do RGPS, de RPPS e/ou do SPSM), e não de acumulação remunerada de cargos/empregos/funções ou mesmo de cumulação daqueles benefícios previdenciários com remuneração/vencimentos na ativa. Como adrede dito, o objetivo do dispositivo legal em referência é o de coibir o acúmulo integral de benefícios no âmbito do mesmo regime de previdência (exceto os decorrentes dos cargos acumuláveis), e não o de remunerações entre si ou de pensões/proventos com remunerações. **Logo, quando se tratar da conjuntura de acumulação de benefício previdenciário (pensão por morte ou proventos de inatividade) com remuneração da atividade despontada já sob a égide da EC 103/2019, descabe cogitar da aplicação a tal caso das restritivas hipóteses delineadas em seu artigo 24.**

43. Nesse diapasão, já sendo possível responder ao primeiro quesito formulado na consulta em apreço²², conclui-se que o disposto no art. 54 da Lei nº 10.486/2002, que permite aos militares distritais “**a acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria (inciso I) ou de uma pensão militar com pensão de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal**”(inciso II), permanece em pleno vigor, tendo sido recepcionado pela novel reforma previdenciária (EC 103/2019), segundo intelecção do § 5º do art. 24 dessa Emenda²³.

44. Com relação ao segundo quesito da consulta em apreço²⁴, tendo por recepcionadas pela ordem constitucional vigente as normas de acumulação de pensão militar de que trata o art. 54 da Lei nº 10.486/2002, pode-se afirmar, primeiramente, não haver óbice, sob a égide da EC 103/2019 (e no contexto daquela norma federal de incidência local), ao acúmulo de **pensão por morte** instituída por militar distrital com proventos de inatividade (seja por motivo de reserva remunerada ou reforma) decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, sendo de igual forma possível a cumulação daquele benefício pensional com remuneração da ativa de mesma natureza, caso em que, repita-se, não incidem as regras restritivas do art. 24 da referida Emenda.

45. De relevo assinalar, noutro giro, retomando questão acessória suscitada no

²² 1. O art. 54 da Lei 10486/2002 foi recepcionado pela Emenda Constitucional nº 103/2019, considerando a redação desse art. 24 da referida Emenda?

²³ “Art. 24. (...).

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.

²⁴ “2. Os militares que percebam remuneração na ativa e aqueles que percebem proventos na reserva remunerada podem acumular tais benefícios com pensão militar instituída por membro extinto ou excluído da PMDF ou de outra força militar?”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

trecho final do § 41 retro, que, na eventual conjuntura de acúmulo de pensão por morte de militar distrital (exclusivamente aquela deixada por cônjuge ou companheiro²⁵) com proventos de inatividade também de origem militar despontada já sob a égide da EC 103/2019 (a partir de 13/11/2019), deduz-se aplicável ao caso a regra da limitação no pagamento do benefício menos vantajoso tratada no § 2º do art. 24 daquela Emenda, conquanto se afigure restrito seu campo de incidência às hipóteses de acumulação de pensão por morte com outro benefício previdenciário listadas no § 1º²⁶.

46. Isso porque, como alhures afirmado, tais hipóteses não consubstanciariam rol taxativo (numerus clausus), sendo razoável admitir que possam estar igualmente sujeitas à incidência dos redutores previstos naquele dispositivo situações de acúmulo que se amoldem àquelas expressamente discriminadas na norma constitucional, máxime considerando a regra de hermenêutica ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio (onde existe a mesma razão fundamental, aplica-se a mesma regra jurídica), o que, inclusive, vem ao encontro da lógica previdenciária de coibir o acúmulo integral de benefícios no âmbito do mesmo regime de previdência.

47. Compreende-se corroborar tais considerações e conclusões, em sua essência, o disposto na Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME, elaborada pela Subsecretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, no tópico referente às restrições à acumulação de pensões e de pensões e proventos de aposentadoria ou de inatividade militar, o que se traz à colação adiante, verbis:

“(…)

*93. A reforma previdenciária da EC nº 103, de 2019, preceitua uma proibição de acumulação, **no mesmo regime de previdência social**, de mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, salvo se decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição, quando forem deixadas pelo mesmo instituidor, nestes termos:*

EC nº 103, de 2019

Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

(…).

[…]

95. Aquela regra da EC nº 103, de 2019, é complementada por alguns casos de acumulação previstos no § 1º do mesmo art. 24, referentes ao acúmulo de pensões, bem como ao de pensões com aposentadorias ou com proventos de inatividade de origem militar, para os quais, não obstante seja permitida a acumulação, sofrem uma restrição quanto ao valor do benefício a ser pago a

²⁵ Na pensão por morte, os redutores previstos no § 2º do art. 24 não se aplicam ao recebimento de pensão pelos filhos ou pais do falecido. Os redutores atingem somente os cônjuges ou companheiros quando estes acumulam benefícios. Portanto, os filhos ou pais, quando dependentes, não sofrem aplicação de redutores, mesmo que estejam a acumular benefícios, como no caso de pensões pagas por regimes distintos.

²⁶ O que, a priori, não comportaria extensividade, a par da regra de hermenêutica segundo a qual norma restritiva de direito deve ser interpretada de forma limitada, não-inclusiva.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

partir do segundo benefício numa escala decrescente de rendimento, consistente numa redução percentual apurada cumulativamente por faixas de cada um desses benefícios.

96. *Essas restrições à acumulação de benefícios são normas de **eficácia plena e aplicabilidade imediata a todos os regimes próprios de previdência social**, sem embargo de não poderem prejudicar o direito adquirido antes de sua entrada em vigor, a teor do que dispõe o § 4º do art. 24 da EC nº 103, de 2019.*

97. *Além disso, pode-se inferir do § 5º do art. 24 da EC nº 103, de 2019, que a reforma recepcionou, naquilo que não for contrário às aludidas restrições desse mesmo artigo, as regras sobre acumulação de benefícios prevista na legislação vigente na data de sua entrada em vigor, nestes termos:*

EC nº 103, de 2019

Art. 24. (...).

...

§ 5º *As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.*

98. *Assim, por exemplo, o Regime Jurídico Único - RJU da União veda “**a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge ou companheiro ou companheira e de mais de 2 (duas) pensões**”, conforme o art. 225 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990. A nosso ver, essa vedação permanece em vigor e teria sido recepcionada pela reforma, se a interpretarmos como aplicável às pensões por morte deixadas no âmbito do mesmo RPPS da União, por mais de um cônjuge ou companheiro, cuja acumulação seria vedada nos termos do art. 24 da EC nº 103, de 2019. Mas, se essa acumulação provier de diferentes regimes de previdência, isto é, em decorrência da concessão de pensão por regimes próprios de entes federativos distintos, inclusive a concedida pelo RGPS, a acumulação de **até duas pensões** seria em princípio admitida, mesmo quando deixadas por mais de um cônjuge ou companheiro, mas com uma redução percentual em relação ao benefício de menor valor dos dois.*

99. *Do mesmo modo, a previsão da Lei nº 3.765, de 4.5.1960, que trata das pensões militares, e “**permite a acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria ou de uma pensão militar com pensão de outro regime**”, permanece em vigor e teria sido recepcionada pela reforma, de forma que ainda que o beneficiário tenha mais de uma pensão por morte em regimes próprios de entes federativos distintos, inclusive do RGPS, a acumulação dessas pensões com a pensão militar implica a limitação da condição de beneficiário de, no máximo, duas pensões, sendo uma militar, aplicando-se ainda os redutores previstos no art. 24 da EC nº 103, de 2019.*

100. *É preciso atentar ainda para a possibilidade de alteração tanto das normas constitucionais de acumulação previstas naquele art. 24 da EC nº 103, de 2019, quanto da legislação infraconstitucional que permanece em*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*vigor, sendo neste ponto a sua **eficácia limitada**. De fato, isto vai depender de complementação legislativa, na forma de lei complementar sobre vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários no Regime Geral de Previdência Social, a qual terá caráter de lei nacional, já que sua aplicação deverá ser estendida aos regimes próprios de previdência social, nos termos do § 6º do art. 40 da Constituição.”*

48. Saliente-se que a referida NT, ao aludir às hipóteses de acúmulo de pensão por morte deixada por militar das FFAA previstas na Lei nº 3.765/1960, cuja redação assemelha-se à do art. 54 da Lei nº 10.486/2002, para além de entender que permaneceriam em vigor e teriam sido recepcionadas pela novel reforma previdenciária, ainda afirmou pela aplicabilidade, nesses casos, dos redutores previstos no § 2º do art. 24 da EC 103/2019, o que ora se cogita quanto à possibilidade jurídica de acumulação de benefícios previdenciários sob estudo (pensão militar com proventos de inatividade militar).

49. Com relação à parte final do segundo quesito formulado na consulta em apreço, que reporta eventual hipótese de acúmulo de remuneração de militar da ativa ou proventos dessa natureza com **pensão instituída por membro excluído da PMDF ou de outra força militar**, circunstância esta conhecida como “morte ficta”, julga-se inoportuno no momento apresentar resposta conclusiva a respeito.

50. Isso porque tramita nesta Corte o **Processo nº 00600-00004027/2022-17-e**, cuidando de estudos especiais acerca dos efeitos do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de improcedência da ADI 4507/DF - na qual se arguiu a inconstitucionalidade (em específico) do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002, que fundamenta a hipótese de concessão de pensão a herdeiros/dependentes de militar distrital (com mais de dez anos de serviço) licenciado ou excluído a bem da disciplina (instituto da morte ficta) -, no tocante às deliberações desta Casa que negaram validade às concessões da espécie.

51. Dentre as conclusões apresentadas pela Sefipe naqueles autos²⁷, está a de **“considerar que a Decisão TCDF nº 4.091/2010, uma vez há muito em conformidade com o entendimento consolidado do c. Superior Tribunal de Justiça de que o aludido benefício pensional não mais possui respaldo no ordenamento jurídico pátrio após o advento da Lei nº 9.717/1998, remanesce dotada de eficácia jurídica de modo a continuar obstando concessões da espécie porventura materializadas ou requeridas com fundamento no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486/2002”**.

52. Desse modo, caso o sobredito entendimento reste aprovado pela e. Corte, óbice representaria à eventual hipótese de acumulação de pensão militar distrital por “morte ficta” versada na parte final do segundo quesito formulado na consulta sob exame. Nesse cenário, pendente de julgamento aquele feito, inviável apresentar resposta conclusiva acerca dessa última circunstância no presente trabalho.

53. Por derradeiro, considerando a análise ora empreendida em face do novel regramento constante do art. 24 da EC 103/2019, pode-se ademais concluir que persiste integralmente válido o entendimento paradigma desta Corte acerca da

²⁷ Com as quais o Ministério Público de Contas/TCDF manifesta convergência, mercê do Parecer nº 947/2022 G3P, da lavra de sua Terceira Procuradoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*intelecção e alcance dos preceitos encerrados no art. 54 da Lei nº 10.486/2002, consubstanciado na **Decisão TCDF nº 897/2017**, mencionada nos §§ 25/26 desta instrução. Devem as corporações militares distritais, portanto, manter fiel observância a seus comandos, em conjunto ao que vier a ser deliberado quanto aos quesitos da consulta em apreço.*

Nesse contexto, a Sefipe concluiu desta forma acerca dos questionamentos formulados pelo Sr. Comandante-Geral da PMDF:

*I) o disposto no art. 54 da Lei nº 10.486/2002, que permite aos militares distritais “a **acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria**” (inciso I) ou “**de uma pensão militar com pensão de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal**” (inciso II), permanece em pleno vigor, tendo sido recepcionado pelo novel regramento constitucional instituído pela EC nº 103/2019, segundo intelecção do § 5º do art. 24 dessa Emenda;*

*II) não há óbice, sob a égide da EC nº 103/2019 (a partir de 13/11/2019), quanto ao acúmulo de **pensão por morte** instituída por membro integrante das corporações militares distritais com proventos de inatividade (seja reserva remunerada ou reforma) decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, sendo de igual forma possível a cumulação daquele benefício pensional com remuneração da ativa de mesma natureza, conforme previsto no art. 54, inciso I, da Lei nº 10.486/2002; e*

III) na eventual conjuntura de acúmulo de pensão militar distrital (exclusivamente aquela deixada por cônjuge ou companheiro) com proventos de inatividade também de origem militar despontada já sob a égide da EC 103/2019, deduz-se aplicável a regra da limitação no pagamento do benefício menos vantajoso tratada no § 2º do art. 24 daquela Emenda, tendo em vista que as hipóteses de acumulação listadas em seu §1º não consubstanciam rol taxativo (numerus clausus), sendo então razoável admitir que possam estar igualmente sujeitas à incidência dos redutores previstos naquele dispositivo situações de acúmulo que se amoldem àquelas expressamente discriminadas na norma constitucional, máxime considerando a regra de hermenêutica ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio (onde existe a mesma razão fundamental, aplica-se a mesma regra jurídica).

O Ministério Público que atua junto ao TCDF acompanhou o entendimento externado pela Unidade Técnica.

Relatei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

VOTO

Acolho a manifestação da Sefipe quanto à admissibilidade e o processamento da consulta.

De fato, a dúvida suscitada está no rol de matérias de competência desta Corte; o subscritor da consulta possui legitimidade para tanto; ela está acompanhada de parecer técnico-jurídico do órgão consulente; há delimitação precisa do seu objeto, tudo conforme exige o *caput* do art. 264 do RI/TCDF.

Relativamente ao mérito da consulta, contudo, acompanho apenas parcialmente as conclusões a que chegou a Unidade Técnica deste Tribunal, ainda que afiançadas pelo d. *Parquet*.

No que respeita ao primeiro questionamento constante do expediente encaminhado pela Corporação militar, parece-me irretocável a conclusão de que o art. 54 da Lei n.º 10.486/02 foi recepcionado pela EC 103/2019, especialmente pelo que dispõe o §5º do art. 24 desta última²⁸.

De fato, não se observa conflito material entre as normas em exame, mas sim complementaridade, especialmente com a criação dos redutores dos valores de um dos benefícios, nos moldes previstos no § 2º da EC 103/2019, situações fáticas que se subsomem às hipóteses de acumulação permitidas pelo § 1º do art. 24 da EC 103/2019 e que também estejam previstas no art. 54 da Lei n.º 10.486/02.

É o caso, por exemplo, da acumulação de uma aposentadoria do RGPS com pensão decorrente das atividades militares, prevista tanto no inciso III do §

²⁸ Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

(...)

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

1º do art. 24 da EC 103/2019²⁹ quanto no inciso I do art. 54 da Lei n.º 10.486/02³⁰, que fica sujeita, a partir daquela norma, aos aludidos redutores.

O suposto equívoco do § 1º do art. 24 da EC 103/19, que não abarca situações que envolvam benefícios exclusivamente militares - pensão militar com proventos da inatividade militar (reforma ou reserva remunerada) - v.g., pode ainda ser decorrência da original proposta de emenda constitucional, que, no caso, tinha como destinatários, inicialmente, apenas os beneficiários do Regime Geral e os dos Regimes Próprios, mas não o sistema de proteção dos militares.

Veja-se, a propósito, que, topograficamente, quando da apresentação do texto original da PEC 6/2019 (transformada na EC 103/2019), o conteúdo do art. 24 da EC 103/2019 constava do art. 30³¹ da PEC, dentro do capítulo “*Disposições transitórias relacionadas ao Regime Geral de Previdência Social*”. Por

²⁹ “Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

(...)

III - **pensões decorrentes das atividades militares** de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal **com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social** ou de regime próprio de previdência social.” (destaquei)

³⁰ “Art. 54. É permitido a acumulação:

I - de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou **aposentadoria;** (...)” (destaquei)

³¹ “Art. 30. Até que entre em vigor a nova lei complementar a que se refere o § 1º do art. 201 da Constituição, é vedada a acumulação, sem prejuízo de outras hipóteses de vedação previstas na legislação vigente na data de promulgação desta Emenda à Constituição:

I - de mais de uma aposentadoria à conta do Regime Geral de Previdência Social; e

II - de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º É permitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro do Regime Geral de Previdência Social:

I - com pensão por morte concedida pelo regime próprio de previdência social de que trata o art. 40 da Constituição ou pelas pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os art. 42 e art. 142 da Constituição; e

II - com aposentadoria no âmbito do Regime Geral de Previdência Social e do regime próprio de previdência social de que trata o art. 40 da Constituição ou dos proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os art. 42 e art. 142 da Constituição.

§ 2º Na hipótese de acumulação prevista no § 1º, é assegurado o direito de recebimento do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

(...)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

isso é que vislumbramos a hipótese do equívoco acima ventilado, isto é, a ausência de situações de acumulação circunscritas a benefícios exclusivamente militares.

Passo, doravante, aos pontos de discórdia dos pareceres que integram os presentes autos.

Relembremos o item III das conclusões da manifestação da Unidade Instrutiva, a saber:

III - na eventual conjuntura de acúmulo de pensão militar distrital (exclusivamente aquela deixada por cônjuge ou companheiro) com proventos de inatividade também de origem militar despontada já sob a égide da EC 103/2019, deduz-se aplicável a regra da limitação no pagamento do benefício menos vantajoso tratada no § 2º do art. 24 daquela Emenda, tendo em vista que as hipóteses de acumulação listadas em seu §1º não consubstanciam rol taxativo (numerus clausus), sendo então razoável admitir que possam estar igualmente sujeitas à incidência dos redutores previstos naquele dispositivo situações de acúmulo que se amoldem àquelas expressamente discriminadas na norma constitucional, máxime considerando a regra de hermenêutica ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio(onde existe a mesma razão fundamental, aplica-se a mesma regra jurídica). (destaquei)

Em que pese às razões que levaram o Corpo Técnico a essa conclusão, que foi corroborada pelo d. *Parquet*, penso diferente. Explico.

A vedação à acumulação de benefícios é a regra, sendo as autorizações de acumulação as exceções (cf. o *caput* do art. 24 da EC nº 103/19³²).

Como se sabe, normas jurídicas que contemplem exceções devem ser interpretadas restritivamente. Assim, não se deve ter como exemplificativo, como pretende o Corpo Técnico, nem o rol constante do § 1º do art. 24 da EC 103/2019 nem

³² É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

as hipóteses dos redutores do § 2º do mesmo artigo, que devem ser diretamente ligadas àquele primeiro dispositivo.

Com efeito, o esforço interpretativo empreendido pela Sefipe pretende fazer com que a regra de aplicação dos redutores constante do art. 24, §2º, da EC n.º 103/2019 alcance também as hipóteses de acumulação de benefícios exclusivamente militares, permitidas por lei infraconstitucional. Nesse ponto, precisas são as palavras do i. Cons. Inácio Magalhães Filho³³, em obra doutrinária de sua autoria. Vejamo-las:

“(…)

Um último ponto chama a atenção no quesito acumulação de pensões trazido pela nova regra do art. 24, §2º, da EC nº 103/19. Note-se que, nas hipóteses concebidas pelo constituinte de acumulações, sobre as quais incide a nova norma, não está expressamente abarcada a situação que envolve benefícios exclusivamente militares.

Veja-se o exemplo de dois militares casados e na inatividade. Um deles falece e gera pensão militar. Pergunta-se: o valor da pensão deverá ser somado com os proventos da inatividade do cônjuge sobrevivente, para fins de aplicação do art. 24, §2º, da EC nº 103/19? Entende-se que não, porquanto inexistente previsão para essa questão.

De fato, ainda que, a princípio, tal exclusão careça de lógica, não há expressa disposição relativa à acumulação de pensão militar com proventos de atividades militares. Assim, para a restrição de direitos, não se deve alargar a interpretação para além do que está disposto no texto constitucional.

(…)” (destaquei)

Ademais, a fim de clarear mais o meu modo de pensar, invoco outra regra de hermenêutica jurídica, a saber: onde o legislador não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo. Por isso, penso ser descabida a interpretação de que somente as pensões militares deixadas por cônjuge ou companheiro estariam sujeitas às regras previstas no § 2º do art. 24 da EC nº 103/19, dada a clara opção do legislador de não

³³ MAGALHÃES FILHO, Inácio. **Lições de direito previdenciário e administrativo no serviço público**. 4ª. ed. rev., ampl. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2023, p. 279.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

fazer essa restrição no inciso III, como o fez nas pensões por morte dispostas nos incisos I e II do §1º do multicitado art. 24.

Finalmente, no que se diz respeito à eventual hipótese de acúmulo de remuneração/proventos de militar da ativa ou inatividade com pensão instituída por membro excluído da PMDF ou de outra força militar - parte final do segundo questionamento da Corporação -, deixo de analisá-la nesta oportunidade, tendo em conta o Processo/TCDF nº 00600-00004027/2022-17-e³⁴, cujo resultado poderá lançar por terra qualquer incursão interpretativa neste sentido.

Pelo exposto, em harmonia parcial com os pareceres constantes dos autos, **VOTO** por que o Plenário:

I - conheça da consulta formulada pelo Comandante-Geral da PMDF, mediante Ofício SEI-GDF nº 1060/2022-PMDF/GCG/SAD/CH (e-DOC 05B67CA6-C), e do parecer técnico-jurídico que o acompanha (e-DOC DC903FAB-c), tendo em conta o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;

II – responda ao órgão consulente que, quanto aos questionamentos feitos nos presentes autos:

1. o disposto no art. 54 da Lei nº 10.486/2002, que permite aos militares distritais a acumulação de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria (inciso I) ou de uma pensão militar com pensão de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal (inciso II), permanece em pleno vigor, tendo sido recepcionado pelo novel regramento constitucional instituído

³⁴ Estudos Especiais acerca dos efeitos do julgamento do STF, na ADI4507, no tocante às deliberações desta Corte acerca da matéria, conforme determinado pela Decisão TCDF 1233/2022, proferida no Processo TCDF 3598/2020-72.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

pela EC nº 103/2019, segundo inteligência do § 5º do art. 24 dessa Emenda, restando igualmente preservado o entendimento paradigma desta c. Corte de Contas acerca do sentido e alcance dos sobreditos preceitos legais, consubstanciado na Decisão/TCDF nº 897/2017;

2. não há óbice, sob a égide da EC nº 103/2019 (a partir de 13/11/2019), quanto ao acúmulo de pensão por morte instituída por membro integrante das corporações militares distritais com proventos de inatividade (seja reserva remunerada ou reforma) decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, sendo de igual forma possível a cumulação daquele benefício pensional com remuneração da ativa de mesma natureza, conforme previsto no art. 54, inciso I, da Lei nº 10.486/2002;

III – dê ciência desta decisão ao órgão consultente, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Governadoria do Distrito Federal;

IV – autorize o retorno dos autos à Sefipe, para a adoção das providências de praxe.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2023.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator